



Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível recuperação com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou circunstâncias. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (i) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (ii) o valor em uso determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

g. Provisões Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

h. Receita As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos são reconhecidos quando as receitas são reconhecidas/contabilizadas, e os descontos sobre vendas quando contábilizados. As receitas são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurado de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Sociedade; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros e ganhos em adoções de ativos financeiros e empréstimos a partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado "pro rata" dia com base no método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos a partes relacionadas, financiamentos e debêntures. Custos que não são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 6%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas. A apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseado-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Determinação do valor justo Pressupõe-se que a estimativa de saldos de contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contábeis futuros pela taxa de juros vigentes no mercado, para instrumentos financeiros similares. A Sociedade utilizou os preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos sobre a avaliação dos valores justos usados.

l. Explicação dos principais efeitos de adoção das novas normas contábeis Dentro do processo de transição para as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação de tais orientações a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações de demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. Não houve efeitos relevantes relativos à adoção dos novos Pronunciamentos emitidos pelo CPC, nas demonstrações financeiras, razão pela qual a Administração não está apresentando as demonstrações financeiras da data do balanço de abertura (1º de janeiro de 2009).

m. Ajustes nas demonstrações financeiras de 2009 O impacto de alguns erros de reconhecimento contábeis nas demonstrações financeiras do exercício foi em 31 de dezembro de 2009 e dado a relevância dos efeitos comentados a seguir, bem como em normas contábeis vigentes sobre a representação das demonstrações financeiras, a Administração fez as demonstrações financeiras daquele exercício. Os principais ajustes ao exercício de 2009 estão demonstrados a seguir:

Table with 4 columns: Item, Em contas patrimoniais, Patrimônio líquido, Prejuízo líquido. Rows include Ajuste da receita ao período de competência, PIS e COFINS sobre a receita bruta, Registro de crédito fiscal PIS e COFINS, etc.

Publicação anterior Ajuste da receita ao período de competência (i) PIS e COFINS sobre a receita bruta (ii) Registro de crédito fiscal PIS e COFINS (iii) Redução do custo do ativo imobilizado (iv) Ajuste das taxas de depreciação (v) Reconhecimento de crédito IRPJ e CSLL (vi) Outros ajustes (vii) Publicação atual (i) Foi identificado R\$6.054 de contas a receber a faturar que não havia sido reconhecido no resultado do exercício pelo regime de competência. A Sociedade vinha reconhecendo a receita somente quando da emissão da nota fiscal embora os serviços houvessem sido prestados até a data do balanço. Os benefícios econômicos estavam garantidos por contratos regulados com valores mensurados. (ii) A Sociedade contratou uma consultoria tributária para avaliar o tratamento fiscal do PIS e COFINS, pois estava seguindo a metodologia cumulativa, ou seja, aplicando 3,65% sobre a receita bruta sem compensar os créditos fiscais. Com base na opinião desta consultoria a administração decidiu que a forma de tributação correta das receitas auferidas nos contratos de comercialização de energia CCEAR é a não cumulativa, ou seja, reconhece 9,25% sobre a receita bruta e reconhece o saldo líquido após compensar os créditos fiscais. Embora a Sociedade tenha que aumentar o recolhimento de PIS e COFINS sobre a receita bruta para o período (R\$3.770), o efeito final no fluxo de caixa atual é positivo considerando a tomada de créditos de R\$20.105. (iii) Além da consultoria tributária, no primeiro trimestre de 2011 a Sociedade contratou uma consultoria para reconciliar os bens integrantes do imobilizado através da análise dos registros contábeis, inspeção física e verificação dos documentos de aquisição. Em decorrência deste trabalho, o inventário e da alteração na metodologia de tratamento do PIS e COFINS a Sociedade reconheceu o crédito de PIS e COFINS sobre as aquisições do ativo imobilizado (Nota Explicativa n° 10). (iv) A Sociedade contratou um especialista para avaliar a expectativa de vida útil remanescente dos grupos geradores e tanques. Com base no laudo de avaliação deste especialista a despesa de depreciação foi recalculada com base na nova expectativa de vida útil remanescente dos bens (Nota Explicativa n° 11). (v) A Sociedade reconheceu os impostos diferidos a recuperar sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa uma vez que existem perspectivas de recuperação com a geração de resultados futuros (Nota Explicativa n° 10).

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Balanço de abertura, Total, Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber - conta centralizadora (iii), Clientes faturados (i), Clientes não faturados (ii), Valores a receber - conta centralizadora (iii), Total.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber é representado pelos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, Caixa e equivalentes de caixa, Total.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Contas a receber de fornecedores, Depósitos judiciais (iii), Despesas antecipadas, Outros, Total, Curto prazo, Longo prazo.

Table with 3 columns: Adições, Baixas, Saldo 31/12/10. Rows include Máquinas e equipamentos, Construções, Instalações industriais, etc.

Em conexão com a venda das UTEs Termoparaíba e Termonordeste para a Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA"), ocorrida em setembro de 2009 (Nota Explicativa n° 1), a Sociedade transferiu todos os direitos e obrigações, incluindo adiantamentos para a aquisição dos grupos geradores da fornecedora MAN para aquelas UTEs, totalizando R\$75.201, além de gastos pré-operacionais diferidos, totalizando outro R\$1.024.

A Sociedade capitalizou os custos oriundos de empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos a construção e implantação das UTEs, totalizando R\$8.953 em 31 de dezembro de 2010 (R\$2.785 - 2009). Depreciação Foram apropriados ao resultado do exercício, despesas com depreciação no montante de R\$10.507 e R\$6.203 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

Garantias Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato como principal da dívida, juros, comissões, multas e despesas a Sociedade ofereceu como garantia ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures não Conversíveis (FI-FGTS 100%) os grupos geradores, transformadores e terreno.

Reserva legal É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Até 31 de dezembro de 2010 não foi constituída a reserva legal em função da Sociedade ainda apresentar prejuízos acumulados.

Reserva para distribuição de lucros A distribuição de lucros é determinada de acordo com o disposto na Lei das S.A., ou seja, uma vez constituída a Reserva Legal (Art. 193), Reserva de Lucros a Realizar (Art. 197) e Reserva para Retenção de Investimentos (Art. 196), os lucros deverão ser distribuídos como dividendos. Durante o exercício de 2010 não houve distribuição de dividendos em função de a Sociedade ainda apresentar prejuízos acumulados.

AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital As transações com o Instrumento societário do AFAC a sua classificação como instrumento patrimonial é apropriada considerando: (i) a sua conversão é irrevogável e irretroatável; (ii) depende de um acordo entre os sócios para que ocorra a diluição de uma das partes; (iii) o adiantamento é em Reais sem correção; e (iv) a quantidade de ações é pré-fixada considerando o preço de conversão de R\$1,00.

Partes relacionadas As transações com partes relacionadas compreendem operações vinculadas ao objeto social e contratos da Sociedade. Sobre os mútuos incidem juros equivalentes a taxas de empréstimos de capital de giro, calculados a 100% da variação do CDI + 4,5% a.a. Parte dos empréstimos será liquidada através da dação em pagamento de ativos e passivos no decorrer de 2011.

Table with 4 columns: Ativos, Passivos, Receitas, Despesas. Rows include Vigus Engenharia Ltda., Antares Ser. e Partic. Ltda., Ebrasil Norte Ger. de Energia Ltda., etc.

Mútuos Total 16.099 10.274 (13.341) (7.640) 16.077 18.294 (16.125) -

Impobilizado As transações com partes relacionadas (a) Refere-se a uma empresa ligada que foi utilizada para a realização da construção civil das UTEs (basicamente folha de salário e encargos trabalhistas). Os adiantamentos foram regularizados em maio de 2011 (Nota Explicativa n° 31).

(b) Refere-se à comissão para uma empresa ligada de propriedade dos sócios pela intermediação dos grupos geradores para as UTEs. Não incidem encargos financeiros sobre este montante. (c) Refere-se a comissão para capital de giro, remuneradas desde a sua disponibilização por taxa de juros compatível com o mercado financeiro (CDI + 4,5% a.a.). (d) Refere-se à energia comercializada pela EPESA para as UTEs Termoparaíba e Termonordeste, conforme Nota Explicativa n° 24.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Receita de disponibilidade de energia elétrica, PIS e COFINS sobre o faturamento, Total.

A Sociedade apenas reconheceu receitas fixas uma vez que não houve despacho pela ONS. A receita fixa é atualizada na data base do reajuste tarifário respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade. A receita fixa de 2009 está reduzida em função da entrada em operação ter ocorrido apenas em 18 de junho de 2009. Conforme determinação da ANEEL, o faturamento ficou limitado ao preço de liquidação de Diferença de Preço (DIF) acrescido de uma margem de 10%. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente a declaração de inflexibilidade. Não cabe parcela variável às UTEs que não são despachadas pela ONS.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Compra de energia (i), TUST (ii), Depreciação (iii), Amortização do diferido (iii), Recomposição do sistema (iv), Mão de obra direta, Serviços e outros.

(i) Como as UTEs somente entraram em operação comercial em 18 de junho de 2009, foi necessário adquirir energia no mercado livre para atender as suas obrigações de disponibilidade. (ii) O principal custo das UTEs refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho energia pelas UTEs e é atualizado anualmente com base em regras específicas. (iii) O acionista reconheceu a depreciação e amortização do diferido do exercício de 2010 decorreu da entrada em operação das UTEs em junho de 2009. (iv) A compra de energia para reposição da venda acima da garantia física refere-se ao percentual de perdas entre as medições brutas, ou seja, entre os barramentos de 34,5kV e o centro de gravidade do sistema interligado nacional. Estas perdas são o somatório das perdas internas e do SIN e estão sendo compensadas com a aquisição de contratos bilaterais de energia.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Serviços contratados (i), Pessoal administrativo (ii), Taxas, Depreciação, Taxas a órgãos reguladores, Outros.

(i) Serviços contratados especialmente no escritório central da Sociedade, em Recife-PE. (ii) Mão de obra própria principalmente no escritório central da Sociedade, onde está localizado o centro de serviços compartilhados do grupo. O volume de gastos administrativos específicos das UTEs não é relevante.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Recuperação TUST ano anterior (i), Receita líquida com revenda de energia (ii), Custo com revenda de energia (ii), Receita com venda da sobra de obras, Custo do material vendido, Outros.

(i) Conforme descrito na Nota Explicativa n° 8, o resultado de 2010 foi beneficiado pelo julgamento da ANEEL de recuperação de TUST que, embora seja um ressarcimento de 2009 o fato gerador para a contabilização ocorreu quando da decisão em dezembro de 2010. (ii) Conforme descrito na Nota Explicativa n° 1, a EPESA obteve autorização da ANEEL para transferir as UTEs Termoparaíba e Termonordeste para a EPESA em 23 de fevereiro de 2010. Como a CCEE somente autorizou as transferências a partir de 1º de março de 2010, a EPESA, responsável pelas obrigações do PICE e das CCEAR das UTEs, precisou adquirir energia nos meses de janeiro e fevereiro de 2010 para cobertura de lastro em virtude do atraso na entrada em operação comercial destas UTEs. As operações de compras e vendas resultaram em uma perda líquida de R\$6.541 para a EPESA nestes dois meses.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include Juros sobre debêntures, Juros e IOF sobre empréstimos, Juros e multas pagos a fornecedores, Outros.

26 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro As despesas com impostos de renda e contribuição social são de 9% para a contribuição, embora as UTEs estejam localizadas em área incentivada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A Sociedade poderá reduzir em 75% o imposto de renda sobre o lucro da exploração pelo prazo de 10 anos a partir do ano-calendário do seu pleito. O pleito será elaborado não logo seja concluída a retificação dos tributos federais em decorrência das alterações descritas na Nota Explicativa n° 5.

Table with 3 columns: Item, 2010, 2009. Rows include IRPJ, CSLL, IRPJ, CSLL.

Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL Despesas não dedutíveis Adições (exclusões) temporárias IRPJ e CSLL corrente IRPJ e CSLL diferidos (i) Resultado IRPJ e CSLL Alíquota efetiva

(i) Inclui imposto de renda e contribuição social diferido sobre adições temporárias, cujo aproveitamento ocorre quando a provisão se torna uma despesa ou é revertida. Os créditos fiscais sobre o prejuízo fiscal e base negativa serão compensados com lucros tributáveis futuros e estão registrados pelas alíquotas estimadas de realização futura.

27 Instrumentos financeiros A Sociedade revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Empréstimos para capital de giro - o principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para as atividades operacionais. Além do valor das notas emitidas, que são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Trata-se de instrumentos financeiros contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes para capital de giro da Sociedade com custos atrelados à CDI.

Debêntures não conversíveis - são recursos para a construção das UTEs e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infra-estrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a. Operação com derivativo para troca de taxa de juros - A Sociedade possui instrumento de proteção com o objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial de captação em moeda estrangeira utilizando swap de dólar para CDI, sem nenhum caráter especulativo. Os ganhos e perdas pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos associados aos negócios. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2009 e 2010 são como segue:

Table with 4 columns: Categoria, Valor contábil, Valor de mercado, Valor de mercado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Contas a receber de fornecedores, etc.

Empréstimos para capital de giro - amortizado Mensurado ao custo Debêntures - amortizado (179.488) Instrumentos derivativos - Swap - amortizado (2.840)

A Administração da Sociedade não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo.

28 Gerenciamento de riscos A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da Sociedade é a disponibilidade de usinas para geração de energia termoeletrônica, reguladas pela ANEEL. O Conselho de Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos associados aos negócios da Sociedade, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado. As operações da Sociedade que estão sujeitas a fatores de risco são como segue: (a) Risco de liquidez: Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Sociedade possui

limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazo, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	6 meses	06-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Debêntures .....	179.488	4.844	18.776	33.921	87.597	34.350
Empréstimos .....	8.069	7.844 (i)	79	146	-	-
	<u>187.557</u>	<u>12.688</u>	<u>18.855</u>	<u>34.067</u>	<u>87.597</u>	<u>34.350</u>

(i) Dentro da gestão de liquidez os empréstimos para capital de giro foram renegociados e alongados no início de 2011 (Nota Explicativa nº 31) A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência.

(b) **Risco taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Sociedade é:

	Saldo 31/12/2010
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados	
Debêntures (10% a.a.) .....	179.488
Arrendamento (16,51% a.a.) .....	265
Juros basicamente pós-fixados	
Empréstimos capital de giro (100% CDI + 4,5% a 4,8% a.a.) .....	7.804
Saldo líquido de mútuos (100% CDI + 4,5% a.a.) .....	6.707

Como as receitas de prestação de serviços são ajustadas anualmente pela variação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor), isto serve como uma proteção natural para a exposição das debêntures à variação da Taxa Referencial - TR. Nos últimos dez anos a variação do IPCA ficou acima da apresentada pela TR. No caso dos instrumentos financeiros pós-fixados os impactos não são relevantes ao ponto de deteriorar a margem da Sociedade no caso de uma oscilação do CDI, como demonstrado na análise de sensibilidade abaixo (considerando manutenção constante da alavancagem financeira):

	Exposição	Risco	Cenário base (*)	Alta 25%	Alta 50%
Empréstimos capital de giro .....	7.804	CDI	(936)	(1.171)	(1.404)
Saldo líquido de mútuos .....	6.707	CDI	(838)	(1.006)	(1.207)
Aumento .....				(168)	(369)

(\*) Variação projetada de 12,5% a.a.

(c) **Risco de taxa de câmbio:** A Sociedade possui operação envolvendo instrumento financeiro com uma instituição financeira sediada no país única e exclusivamente para trocar o indexador de empréstimo em moeda estrangeira pela variação do CDI, no mesmo montante do empréstimo em moeda estrangeira, prazos e sem quaisquer limitações ou gatilhos em relação à variação de taxas; ou seja, contratos de "swap" de fluxo de caixa. Sendo assim, a exposição relativa à captação em moeda estrangeira já se encontra coberto por uma aplicação financeira em swap (passivo 100% CDI mais juros de 4,80% a.a.; ativo com o banco é Dólar PTAX venda mais juros linear de 3,53% a.a.), o que permitiu à Sociedade trocar o risco original da operação para o custo relativo à variação do CDI (já incluso no quadro anterior).

	Saldo 31/12/2010
Instrumentos financeiros derivativo	
Swap - plain vanilla (USD + 3,53% a.a. por CDI + 4,8% a.a.) .....	2.840
Não existem quaisquer outros saldos em moeda estrangeira.	

(d) **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação

prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Saldo 31/12/2010
Contas a receber de clientes .....	10.602

Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, embora as duas maiores distribuidoras contribuam com 27% e 16% do faturamento total. A concentração é atenuada por uma forte estrutura de garantia de pagamento, envolvendo Contratos de Constituição de Garantias com caução de receitas dos sacados suficiente para cobrir 1,5 meses, assim como penalidades regulatórias impostas às distribuidoras inadimplentes, que tornam as compras de energia obrigações seniores para as distribuidoras.

A Sociedade também possui R\$10.444 em conta reserva a serviço da dívida para eventuais problemas de liquidez que possam afetar o serviço das dívidas com os seus debenturistas.

(e) **Risco de aceleração de dívidas:** A Sociedade possui instrumento particular de debêntures com cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida. Essas cláusulas são monitoradas pela Sociedade e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações.

(f) **Risco especulativo:** A Sociedade não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos, e qualquer tipo de operação com este tipo de instrumento precisa ser previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

(g) **Risco de gerenciamento de capital:** A política da Sociedade prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A Sociedade também procura diversificar a sua carteira financeira em mais de uma instituição financeira. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional.

(h) **Risco matéria prima:** E o risco da Sociedade não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas UTES, a frete CIF (responsabilidade do remetente), por preço pré-fixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo deste contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das UTES, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Este contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as UTES atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Sendo assim, a Sociedade possui capacidade de tançagem suficiente para armazenar combustível. Como o despacho ocorre com 2 dias de antecedência e o combustível é entregue em 5 dias, para não correr risco é necessário 5.400 m3 de diesel (1.800 m3/dia). Já que o diesel é altamente perecível nas condições climáticas das UTES, a Sociedade gerencia este risco através de um acompanhamento mensal do nível dos reservatórios das hidrelétricas, da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas e ordem de despacho (matriz e custo) e através de contato permanente com a BR Distribuidora.

### 29 Cobertura de seguros

A Sociedade possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A cobertura em 31 de dezembro de 2010 é:

	Vigência 12 meses	Valor da cobertura
Riscos operacionais .....	18 de junho de 2010	21.450
Responsabilidade civil .....	18 de junho de 2010	2.400

Não está incluído no escopo de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quando à adequação pela Administração da Sociedade.

### 30 Compromissos

A Sociedade possui os seguintes compromissos garantidos por avais (fianças):

Data de abertura	Data do vencimento	Valor	Favorecido	Beneficiário	Objeto
29/01/2010	28/01/2011	1.865	Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	TUST Garantias regulatórias
			Juízo de Direito da 10 Vara Cível da Comarca de Recife - Pernambuco	Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. Companhia Hidroelétrica do São Francisco	Garantia judicial processo nº 0000154-212010.8.17.0001 Referente à compra e venda de energia para perdas
31/03/2010	31/12/2049	1.244	Companhia Hidroelétrica do São Francisco	Companhia Hidroelétrica do São Francisco	Cumprimento de obrigações principal e acessória, decorrente de pagamento dos encargos de conexão ao Sistema de Transmissão
31/05/2010	31/12/2010	77	Companhia Hidroelétrica do São Francisco	Companhia Hidroelétrica do São Francisco	

Além dos avais e fianças, garantias aos empréstimos e debenturistas, a Sociedade penhorou eventuais direitos creditórios que advir de receita variável por despacho dos contratos CCEAR em favor da BR Distribuidora como garantia para eventuais aquisições de combustível para geração.

### 31 Eventos subsequentes

#### Contratação de empréstimo para capital de giro

Com o objetivo de recompor o perfil dos vencimentos dos empréstimos de capital de giro e melhorar a liquidez da Sociedade, a EPESA assinou em 10 de fevereiro de 2011 um empréstimo bancário de US\$5.500 mil, com swap para CDI, com prazo de amortização de dois anos e seis meses de carência, com aval do controlador. O valor da dívida, após conversão, totalizou R\$9.100 e o custo final ficou em CDI + 4,55% a.a. com o benefício de não haver incidência de IOF sobre este empréstimo na época da contratação.

#### Adiantamento a fornecedores - Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2010, encontrava-se em aberto adiantamento a fornecedores no montante de R\$9.465, os quais foram regularizados mediante a emissão de nota fiscal pelo fornecedor Vigus em 30 de maio de 2011, no valor de R\$11.719. O desfecho do processo foi possível no momento em que o equilíbrio-financeiro da prestação de serviço de construção civil pela Vigus foi re-estabelecido pela assunção pela EPESA dos tributos incidentes sobre a operação.

#### Restituição parcial de conta reserva do serviço da dívida

Em 4 de abril de 2011, a Sociedade procedeu à amortização da última parcela dos juros do período de carência das debêntures. Conforme instrumento contratual, a Sociedade é obrigada a manter três amortizações de principal e juros na conta reserva a serviço da dívida. Uma vez findo o prazo de carência a amortização dos juros são reduzidos em aproximadamente R\$1.700, resultando na restituição de R\$4.360 para a Sociedade. Este valor foi aplicado em fundo de liquidez imediata em banco de primeira linha com rendimento similar a variação do CDI.

#### Devolução de depósitos indevidos

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade apresentava R\$3.978 de provisão para devolução de depósitos realizados por agentes do setor em suas contas de arrecadação dos serviços prestados. No mês de junho de 2011 os bancos agentes entraram em contato com a Sociedade informando os motivos para os depósitos indevidos e solicitando a sua devolução, o que foi prontamente realizado como os saldos disponíveis em aplicações financeiras de liquidez imediata.

#### Liquidação FGW/Caterpillar

Em 30 de maio de 2011, a Sociedade liquidou a cobrança de juros e multa por pagamentos em atraso com o fornecedor FGW/Caterpillar no montante de R\$1.055, evitando assim levar o assunto para uma disputa judicial cuja probabilidade de êxito foi considerada "possível" pelos consultores jurídicos.

DIONON LUSTOSA CANTARELLI JÚNIOR - Diretor; LEOPOLDO DE BRUGGEN E SILVA - Diretor; FERNANDO RODRIGUES ALCAIDE - Diretor; MANUEL SIMÕES GONDIM - Diretor; JOSÉ RORIZ LUSTOSA CANTARELLI JUNIOR - Diretor; CONTADORA: MARIA DO SOCORRO FERREIRA MIRANDA CRC-PE 11.430

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA - Recife - PE. Examinamos as demonstrações financeiras das Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com

as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras

tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 01 de julho de 2011.



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 S-PE

João Alberto da Silva Neto  
Contador CRC RS-048980/O-0 S-PE